

## Historiar o evanescente e narrar as (im)permanências

**Leonardo Faggion Novo**

Doutorando em História – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Bolsista – Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

 <https://orcid.org/0000-0002-5198-202X>

E-mail: leo.novo7@gmail.com



### Resenha de:

ATIQUE, Fernando. *Arquitetura evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2019. 192 p. ISBN: 978-85-3141-753-5 (impresso).

**Texto recebido em: 20/05/2020**

**Texto aprovado em: 15/06/2020**

637

Já há algum tempo uma série de filósofos, historiadores e cientistas sociais teorizam sobre as relações entre a memória e o esquecimento. Como hierarquizar memórias em prol de narrá-las por meio de uma história se não possuímos a capacidade de esquecer?

Fernando Atique, em seu mais recente livro, nos provoca a pensar sobre qual seria o lugar de uma história da não preservação no campo do patrimônio. Arquiteto e urbanista por formação e docente dos cursos de graduação e pós-graduação em história da Universidade Federal de São Paulo, Atique é autor de diversos livros, capítulos e artigos sobre temas que relacionam a cidade e o patrimônio à história, além de coordenar o grupo de pesquisa Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH-Unifesp). Menos do que sintetizar as informações sobre sua trajetória acadêmica, facilmente encontradas – de maneira mais detalhada – em mecanismos de pesquisa online, esses índices nos informam sobre como o autor aborda a temática da demolição em *Arquitetura evanescente*, já enunciada no subtítulo da obra: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica.

Ao longo dos capítulos, Atique enfatiza a importância de se historicizar noções, conceitos e ideias que nos informam sobre a construção e o desaparecimento – ao menos tectônico – de dois edifícios cariocas: o Palácio Monroe e o Solar Monjope. Por meio da construção de uma trama que aponta tanto para as divergências quanto para as convergências entre os dois, o autor aborda as edificações como elementos simbólicos que nos informam sobre a materialização de discursos e políticas públicas. Ambos se tornam, portanto, prismas, pelos quais ele decompõe as camadas de memória e esquecimento e recompõe as temporalidades, disputas e lugares ocupados por eles na urbanidade carioca ao longo do século XX.

A obra, bipartida entre Monroe e Monjope, dedica dois capítulos a cada edificação na qual são abordados os meandros e a historicidade de sua construção e os processos que levaram à demolição. Apesar das diferenças estilísticas, projetuais e programáticas, os dois edifícios – modernos, mas não modernistas – desapareceram na década de 1970, o Solar em 1974 e o Monroe em 1976. Essa década é tomada como ponto de inflexão entre uma postura que elegia o tombamento como principal estratégia de preservação e que, pelas disputas e polêmicas que culminaram na demolição dessas arquiteturas, passava a reconhecer e ampliar a participação da sociedade civil nos debates patrimoniais.

Atique recorre a diferentes conjuntos documentais que vão desde documentos oficiais exarados pelos órgãos de preservação, relatos orais, textos publicados na imprensa (incluindo revistas técnicas e culturais) até textos acadêmicos, blogs e sites da internet, para mostrar que essas obras arquitetônicas, e suas demolições, foram – e continuam sendo – pautas amplamente debatidas pela sociedade civil e pelo corpo técnico do Estado. O trânsito entre essa pluralidade de rastros e indícios é apoiado em diferentes metodologias que o permitem apresentar o ambiente social em que se desenvolveram as polêmicas tratadas no livro.

Essa incorporação de elementos que vão além da tectônica o permite questionar o sistema cultural urbano forjado a partir das edificações e analisar seus circuitos culturais de maneira indisciplinar. O lugar ocupado pelo autor, entre a história e a arquitetura, o permite circular, por distintas áreas que o auxiliam em seu objeto de historiar a não preservação. Arquitetura, urbanismo, história, arqueologia, filosofia, psicologia social e memória se tornam portas de entrada para um emaranhado de tensões e disputas, narradas por meio da política. Com isso, Atique nos mostra ser impossível circunscrever a preservação ao tombamento, bem como o patrimônio aos limites de uma disciplina.

O Palácio Monroe foi projetado para representar o Brasil na Exposição Universal de 1904 – Louisiana Purchase Exposition ou, simplesmente, Feira Mundial de Sanit-Louis – e concebido como uma edificação efêmera: deveria ser desmontado após a feira e remontado, no ano seguinte, no final de uma das grandiosas obras realizadas na gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, a Avenida Central. Nessa operação imigrante, como define Atique, o exercício de acomodação não fora apenas material, mas discursivo: passava de Palácio São Luís – um aporuguesamento do nome da cidade que sediou a feira – para Palácio Monroe a pedido do barão de Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores. James Monroe, à época presidente dos Estados Unidos, estaria na cidade em 1906 para participar da III Conferência Pan-Americana. Por meio dessa pequena narrativa sobre o processo de construção e radicação do edifício destacam-se as relações, constitutivas do argumento do autor, entre Brasil e o Tio Sam – já objeto de análise de Atique em sua tese de doutorado. Tão plurais quanto essas relações – que vão além da simples “política da boa vizinhança” – foram seus usos: desde centro de convenções e lugar de bailes, congressos e velórios até sede de órgãos federais, como o ministério de Viação, a Câmara dos Deputados e o “senadinho” – sucursal que abrigava parte da pasta a partir de 1960, com a inauguração e transferência para Brasília da capital federal.

As memórias, campanhas e ressignificações do Monroe são tratadas por ele no plural, indicando a importância de não se estabelecer uma narrativa única sobre o palácio e privilegiar os debates e embates encontrados nas fontes. Tem destaque, nesse processo, a postura ambígua do grupo *O Globo*, que na década de 1970 encabeçou movimentos pela demolição do edifício e, décadas depois de seu desaparecimento, foi responsável por uma de suas cópias digitais e um suposto resgate de sua importância, isentando-se, contudo, de enunciar sua agência nessa trama. Não só a imprensa, mas os diferentes segmentos da população são tratados no livro a partir de uma dupla-postura: ora chancelando a prática demolidora, ora se lamentando pelos desaparecimentos. Esses “weblamentos”, de diferentes graus – desde a grande imprensa até os blogs e sites da internet que promovem fóruns de discussão entre a sociedade civil –, são mobilizados e analisados em prol do alargamento do que consideramos atitudes preservacionistas.

Se a entrada pan-americana é óbvia em relação ao Monroe, que carrega os indícios dessa relação no nome, o mesmo não pode ser aferido em relação ao Solar Monjope. O “manifesto construído” de José Marianno Filho é tratado pela

historiografia nacional a partir do viés nacionalista imputado a sua campanha por arte tradicional, sintetizada pelo termo “neocolonial” – a contragosto de seu idealizador. A trajetória do médico pernambucano, eleito como um dos grandes mecenas da arte e da arquitetura na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro, é deslocada de interpretações estereotipadas encontradas nos manuais de arquitetura – quando encontradas. O articulador e agitador cultural, que publicou intensamente na imprensa carioca entre as décadas de 1920 e 1930, é caracterizado pelo aspecto amplo de seu projeto cultural operado por meio do espaço construído, cuja expressão máxima seria o Monjope. A propriedade fora projetada por Angelo Bruhns, José Cortez e Lucio Costa – apesar de nunca assumido por ele na construção de sua narrativa teleológica pós-1930 –, sob a vigilante tutela e direção de Marianno Filho.

A campanha, assim como a atuação do médico e a própria recepção do Solar, é entendida a partir de uma práxis pan-americanista que postulava uma necessidade transnacional de atualização das imagens e das proporções arquitetônicas verificadas na época colonial. O compartilhamento dessa postura entre Marianno Filho e outros arquitetos americanos é delineado a partir da rede formada em torno dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e das visitas internacionais ao Solar Monjope – dentre as quais Donat-Alfred Agache, Rudyard Kipling, Frances Grant e as delegações de arquitetos participantes do IV Congresso, sediado no Rio de Janeiro em 1930. O lugar do médico pernambucano nessas redes tornou o Solar um ponto de interesse de pesquisadores e do público mais amplo. Vestígios da amplitude dessa recepção são as festas promovidas por Marianno Filho e documentadas pela imprensa, os ensaios fotográficos que se utilizavam da ambiência do edifício para registrar noivas e até os filmes que a tomaram como locação. O empenho de ir além da fachada e construir um ambiente total, composto por mobiliário, biblioteca e arte, está atrelado a ampliação proposta por Atique da noção de políticas preservacionistas no início do século XX. Em diálogo com Maria Lucia Bressan Pinheiro, ele nos informa sobre o papel dos colecionadores na função de salvaguarda e tutela de peças de arte e mobiliário, orgulhosamente expostas no interior de sua propriedade, antes do Decreto que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

As iniciativas de Marianno Filho em montar e exibir esse espaço foram reconhecidas pela sociedade carioca de então, sobretudo frente aos relatos recuperados da década de 1970, quando a venda do terreno em que estava

localizado foi anunciada na imprensa. O denso histórico de negociações entre os herdeiros da propriedade e a construtora Zein marca o início de um processo, não linear e cheio de idas e vindas, marcado por uma dupla especulação: midiática e imobiliária. O ponto de inflexão dessa trama se deu em 1974, com a derrubada de um dos muros da propriedade e o início da demolição efetiva do Solar Monjope, desagregado arquitetônica e decorativamente. O episódio é redimensionado no livro para indicar uma fratura ocorrida dentro do Iphan a partir das diferentes posturas dos técnicos do órgão sobre o destino da propriedade. Entre perdas parietais e lamentos publicados nas páginas de jornais, o saldo dessas disputas preservacionistas nos rendeu a manutenção da parte restante do muro e a consolidação da noção de entorno nas políticas de tombamento aplicadas à região nas décadas posteriores.

Esses dois elementos, agentes imobiliários e midiáticos, também foram mobilizados nos destinos imaginados para o Monroe e indicam como não apenas o setor público, mas também propriedades privadas, impunham limites ao tombamento como única política de salvaguarda e preservação. A evanescência arquitetônica deixa rastros que tornam impossível o desaparecimento total daquilo que um dia foi sólido. Os rastros da evanescência do Solar, se comparados ao do Monroe, indicam o papel da própria historiografia como prática política. O não-lugar do neocolonial, entre a condenação do eclético e a exaltação do modernismo, relegou, tanto o idealizador, quanto o seu manifesto construído, ao rodapé dos manuais de arquitetura, trazidos à tona apenas para fazer oposição as narrativas sobre e de Lucio Costa – arquiteto que tangencia todos os capítulos da obra, seja por sua inserção nos órgãos de patrimônio, seja pela historiografia elaborada sobre ele, recorrentemente celebratória e teleológica.

Os percursos do patrimônio seguidos por Atique no livro indicam os limites do tombamento como caminho único para a preservação. Apontar para os limites, entretanto, não significa desprezar as políticas patrimoniais elaboradas a partir dessa diretriz. As negativas de órgãos patrimoniais sobre o tombamento, as tentativas de des-tombamento, os acidentes, fortuitos e trágicos, são historiados por Atique e conformam a contribuição do livro: uma revisão dos trâmites institucionais preservacionistas. Esse exercício leva, necessariamente, a um alargamento de conceitos, definições e noções amplamente mobilizadas em estudos, clássicos e contemporâneos, do campo. O que é o patrimônio e como ele pode ser apreendido por meio da análise das relações entre preservação e tombamento?

As respostas, elaboradas no plural, são esboçadas a partir da noção de urbanidade, gradualmente construída entre os argumentos do autor. O livro, mais do que incluir as questões da não preservação no bojo dos debates patrimoniais contemporâneos, indica a importância de se pensar como é construída e deflagrada a experiência urbana em sua totalidade. Segundo o dicionário de urbanismo organizado por Françoise Choay e Pierre Merlin, publicado em 2009, a urbanidade, palavra derivada do latim *urbanitas*, seria a qualidade moral de quem pertence à cidade, restrita a indivíduos ou sociedades e incapaz de ser atribuída a agentes físicos. O que faz de um agrupamento humano, uma cidade? Assim como a memória não é a única dimensão do campo do patrimônio, a dimensão material dos edifícios não é o componente essencial da cidade. Antes dela, e como demonstra Atique, é necessário que haja interações entre diferentes pessoas e grupos sociais. A qualidade política, portanto, é central na definição dessa experiência urbana. Não há espaço para unanimidades ou consensos na trama urbana, nem nos debates patrimoniais – tal qual quer nos fazer acreditar as normativas, canetadas ou picaretas recorridas nos processos de tombamento.

Essas tramas puxadas a partir do estudo dos dois edifícios, compõem um complexo tecido, cheio de nós, intermitências e alguns vazios, igualmente explorados pelo autor. A diversificação de fontes somada ao estatuto das imagens, que conformam capítulos do livro dedicados às narrativas visuais sobre os edifícios, é o que torna possível a afirmação categórica do arquiteto-historiador ao final das conclusões: apesar de sua fugacidade, caráter próprio do século XX, a profusão de rastros encontrados em relação ao Monroe e ao Monjope ao longo do tempo contribuem para os avanços das políticas preservacionistas no país e acabam por negar o próprio título do livro – de evanescentes, o Monroe e o Monjope não têm nada. Importa, por fim, pensar as potencialidades ou o lugar de uma história da não preservação nos estudos do patrimônio em um momento em que parecemos estar mais preocupados em catalogar e estabelecer um repositório infinito de bens salvaguardados. Menos do que julgar políticas públicas ou tomadas de decisões do passado e fazer coro aos lamentos encontrados na internet, o livro coloca em questão a dimensão não tectônica da preservação. Se seguirmos o argumento de Atique, de que a memória é apenas uma das dimensões do patrimônio, a derrubada desses edifícios e seu desaparecimento material também são apenas parte de suas histórias, atualizadas constantemente por essa urbanidade dinâmica identificada

pelo autor. ruça a compreendê-la, mas porque dela nasceu e bem lhe conhece as peculiaridades.

**Leonardo Faggion Novo** é Doutorando, Mestre e Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo nº 2018/16408-2).

**Como citar:**

NOVO, Leonardo Faggion. Historiar o evanescente e narrar as (im)permanências. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 637-643, jan./jun. 2020. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br). Resenha de: ATIQUÉ, Fernando. *Arquitetura evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2019.